

DISCURSO
DO
PRESIDENTE
MÉDICI

F
378.81
M489d

pp. 85

AO ENTREGAR A
CIDADE UNIVERSITÁRIA AOS
PROFESSORES E ALUNOS
NO SESQUICENTENÁRIO
DA INDEPENDÊNCIA - 1972

F

MUFRJ
378.81
M489d

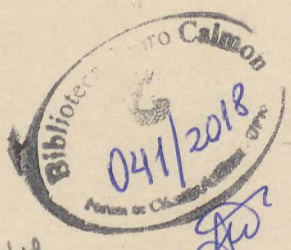
DISCURSO
DO
PRESIDENTE
MÉDICI

AO ENTREGAR A
CIDADE UNIVERSITÁRIA AOS
PROFESSORES E ALUNOS
NO SESQUICENTENÁRIO
DA INDEPENDÊNCIA-1972

F
MUF RJ
378.81
M489d

Minerva - ϕ
BN - ϕ

Nº sist.: 873670
Cód. barras: 873670-10



10/07/18

UNIVERSIDADE
DE
PERNAMBUCO
BIBLIOTECA

UNIVERSIDADE DE
PERNAMBUCO
BIBLIOTECA
CENTRO DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO

Abrindo a sessão, o Exmo. Sr. Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, roga ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República que profira as palavras de entrega da Cidade Universitária.

Sua Excelência, General Emílio Garrastazu Médici, pronunciou a seguinte oração:

“Estava ainda no começo o atual período governamental, quando determinei se retomassem imediatamente as obras da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, para que esse projeto, na sua primeira etapa, se ultimasse até o Sesquicentenário da Independência.

Providenciados, ato contínuo, os recursos financeiros, instituídos os órgãos de coordenação dos trabalhos, estes se desenvolveram segundo os cronogramas estabelecidos, sob a supervisão vigilante, quer das autoridades universitárias, quer do Ministro da Educação e Cultura, quer da própria Presidência da República.

Graças não só a isso, mas também à exemplar dedicação e competência dos responsáveis diretos por esse empreendimento, no qual se investiram, até agora, cerca de Cr\$ 400 milhões, procedo a entrega, solene, neste momento, da Cidade Universitária do Rio de Janeiro à sua ilustre e proficiente corporação de professores e alunos.

Dentro da Semana da Independência, data para isso estipulada há mais de dois anos e meio, transforma-se, desta maneira, pela

eficácia da ação administrativa, em promissora realidade, transcendente deliberação que se insere, de modo eminente, no quadro das providências articuladas para democratizar o ensino e assegurar a todos, nos termos constitucionais, o direito à educação.

De todos os tempos é a angústia que põe, no coração do homem, a ânsia de saber, como permanente é a sua tentação de arrancar, a qualquer custo, da árvore da ciência, o fruto do conhecimento, para desvendar os impenetráveis enigmas que o torturam.

Fenômeno inteiramente novo, porém, pelas suas proporções, como fato social, é a força criadora assumida, no mundo contemporâneo, pelo impulso educacional, convertido numa das principais fontes de energia da sociedade moderna.

Dever comum, tanto de governantes como de governados, é contribuir, com total esforço, para que esse potencial de energia, expandindo-se e avolumando-se, em ritmo de celeridade crescente, se torne fonte de prosperidade social.

Cumprindo esse alto e indeclinável dever, os Governos da Revolução se empenharam, fundamente, desde a primeira hora, em difundir e aperfeiçoar o ensino, em todos os graus, alargando, assim, o campo das prestações educacionais e melhorando, ao mesmo tempo, a sua qualidade.

As barreiras ou obstáculos culturais, que possam embaraçar o caminho do progresso social aos que a ele, pelos seus predicados de inteligência, se achem destinados, são rompidos, destarte, metódica, continua e

inflexivelmente, pela política educacional do Governo, que, nesse terreno, como em tantos outros, moderniza rapidamente o país.

Reformas de profundidade, inspiradas nos melhores princípios pedagógicos, se introduziram nos primeiros graus do ensino, em cuja organização não se esqueceu o imperativo de orientá-lo no sentido das exigências do nosso tempo.

Não se olvidou, também, a necessidade de acudir, para resgate de penoso débito social, àqueles que, por deficiência de escola, se deixaram estar na legião dos iletrados, cujo contingente decresce, a olhos vistos, em razão de eficiente e animosa campanha que para esse fim se empreendeu.

Não era possível manter, além disso, sem modificações fundamentais, as antigas feições do nosso sistema universitário, cujo encargo se esgotava, quase por completo, em prover aos reclamos de uma sociedade de traços definidos, em descansado ritmo de progresso.

Os novos característicos da sociedade brasileira, em trabalho de permanente e acelerada transformação, impunham, assim, a urgente reforma da estrutura universitária, a fim de que bem possa cumprir o seu indispensável ofício de preparar a inteligência brasileira para as graves responsabilidades que sobre ela pesam na plasmação do nosso destino histórico.

Assentados, já em 1966, mediante providências legislativas, os lineamentos da universidade nova, que se pretende instaurar entre nós, prosseguiram, nos anos subsequentes, as medidas de racionalização do

ensino superior, pela qual a instituição universitária ganhará eficiência cada vez maior para influir, tanto quanto lhe cumpre, no progresso econômico e social da nação.

Dentro de linhas flexíveis, que lhe não tolhem a espontaneidade de ação, cuidou-se de imprimir-lhe, realisticamente, os rumos sugeridos pelos interesses de uma civilização científica e tecnológica, que suscita, a cada passo, novos e difíceis problemas tornando, a todo momento, mais áspera e angustiante a escalada do saber.

Aperfeiçoaram-se, de um lado, os meios para que a universidade transmita os conhecimentos herdados pela tradição especulativa e pelos achados da experiência, não se consentindo, por conseguinte, que se oblitarem, quando valiosas, as contribuições culturais efetuadas ao longo dos tempos.

Particular relevo se atribuiu, no entanto, por outro lado, ao processo de criação científica, estimulando-se, para isso, nos quadros universitários, as tarefas de investigação.

Articulou-se, por fim, a instituição universitária com a sociedade, abrindo-se caminho para que ambas se influenciem mutuamente, em proveito do interesse comum, uma reque-rendo as prestações de ensino e investigação de que necessita para os seus empreendimentos, outra mobilizando-se para formar os técnicos e pesquisadores, de que a sociedade precisa a fim de modernizar-se e progredir.

Ajustam-se os cursos acadêmicos, desse modo, natural e objetivamente, às reais exigências da sociedade, estancando-se paula-

tinamente a proliferação de profissionais, munidos de grau universitário, cuja carreira na especialidade escolhida é truncada pela deficiência de emprego para a sua habilitação acadêmica.

As mutações incessantes e velozes a que está sujeito o mundo de hoje, principalmente no plano científico e tecnológico, obrigam, de outra parte, à revisão contínua dos conhecimentos adquiridos, tornando o aprendizado atividade quase constante. Como não basta aprender a aprender, para que se dominem prontamente os novos conhecimentos suscitados pelo avanço técnico e científico, incumbe à organização universitária promover cursos extracurriculares, de caráter especial, para difundir, com presteza, as invenções mais recentes do saber teórico ou prático.

Confirmando a regra de que os caminhos da mobilidade social passam através da escola, a campanha educacional impele, atualmente, para os cursos superiores largo contingente de alunos originários de camadas sociais que somente agora passam a trilhar as vias de acesso aos bancos universitários.

Tamanho é o vigor desse movimento ascensional que, em algumas universidades, mais de um terço do alunato procede, hoje, de genitores desprovidos de curso primário.

Os investimentos raramente generosos de energia humana e de recursos materiais no acabamento desta grande Cidade Universitária, cujas obras se mantiveram, por largo tempo, em colapso quase total, refletem exatamente as proporções da ação governamental na esfera da educação, exprimindo a confiança

depositada nesse cometimento como fator de progresso social.

Ao lado de suas funções de ensino e pesquisa, compete a esta insigne instituição universitária, bem como às organizações congêneres, em todo o país, a missão capital de concorrer, com sabedoria e prudência, para que as novas gerações aprendam a superar-se, enriquecendo, pelo seu devotamento ao interesse comum, o patrimônio moral e os valores espirituais de que são legatárias.

Diante dos instrumentos que estão sendo postos à sua disposição, para galgar os degraus do saber, é bem possível que em prazo relativamente breve, o homem comum venha a conquistar, na ordem cultural, posição que antes era privilégio de poucos. A sua ingerência nos negócios públicos e privados se tornará, então, ainda mais relevante, crescendo a sua responsabilidade no delineamento das instituições sociais e políticas.

Acreditando no poder da inteligência educada, na sua capacidade de engendrar soluções convenientes para os problemas humanos, ainda os mais críticos, creio firmemente que o nosso desenvolvimento cultural não permitirá se embarace a arrancada, ora em curso, para a construção de uma sociedade próspera e harmoniosa.

Assim como o valor moral da ciência está, porém, na maneira como é utilizada, nos fins por seu intermédio perseguidos, o cabedal de conhecimentos que se distribui entre os brasileiros, pela difusão do ensino, tem que ser posto, para se fazer profícuo, a serviço da solidariedade e da cooperação social.

constante anseio de alargar os horizontes espirituais.

Procurando satisfazer, assim, por todas as formas, a admirável vocação da grande família brasileira para o aprendizado e o aperfeiçoamento intelectual, o Governo desenvolve e valoriza o mais precioso dos recursos de que dispõe o país, os recursos humanos, os quais se inserem na própria substância da nação e fornecem a exata medida do seu valor e do seu poder”.

SAUDAÇÃO DO REITOR

Ao Presidente Médici, em nome
do Conselho Universitário, no
Salão Nobre da Reitoria da
UFRJ

Não podia a Universidade calar, nesta hora e nesta Semana Cívica, sua gratidão ao Presidente que, no limiar de seu governo, decidiu, entre as grandes tarefas que se antolhavam, a realização do campus que agora se inaugura. E a decisão memorável na história da educação superior do país revela inspiração da mais íntima sintonia com a significação do ano remoto que marcou o madrugar de uma pátria.

Por trás do gesto de Pedro I já se perfila a sombra universitária de José Bonifácio. O sábio, que recebeu condecorações das Universidades de seu tempo, ressurgiu agora como nome tutelar da cultura nacional. E pelos fios invisíveis da vitalidade da tradição, o decreto nº 66.105 de 22 de janeiro de 1970 vai prender-se àquelas decisões históricas.

A equipe, que a meu lado representa o esforço obediente ao compromisso assumido, não desertará do cumprimento dos deveres compreendidos no período de um mandato.

Senhor Presidente, conheço sua austeridade e sua nobre e superior indiferença aos festejos da lisonja que envolvem sempre o exercício do poder. Nossas palavras não dissentem dessa linha moral que lhe define o caráter de soldado e dignidade de cidadão. É traduzindo o sentimento do nosso mais alto Colegiado, que é o Conselho Universitário, que agradeço àquele que deu o impulso às obras paralisadas e abriu perspectivas de estudo e trabalho a professores e alunos, nessa atmosfera onde se configura o ideal científico e ético da nacionalidade.

Exprimo aqui a gratidão e a lealdade para com um Presidente que, em meio as sugestões contrárias teve a visão nítida do grande objetivo. É um ato insopitável de justiça a palavra comovida de reconhecimento que lhe transmite o Reitor em nome da Comunidade que tem a honra de representar, ampliando o agradecimento àqueles que mais de perto assistem a V. Ex^ª nos encargos do Governo, com especial menção do Sr. Ministro da Educação.

Brindo na presença de V. Ex^ª a continuidade da renovação institucional do país, a reorganização das universidades e a segurança reconquistada da família brasileira.

DJACIR MENEZES
Reitor

EDITADO PELO
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
ÁREA DE PESSOAL E SERVIÇOS GERAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Composto e Impresso no
SERVIÇO INDUSTRIAL GRÁFICO da
ÁREA DE PESSOAL E SERVIÇOS GERAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CIDADE UNIVERSITÁRIA